

TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS NA AVICULTURA BRASILEIRA: DO CAMPESINATO À PEQUENA BURGUESIA RURAL

Rosana Zafalon¹
Luis Lopes Diniz Filho²

Resumo: Este trabalho tem por finalidade ampliar o debate sobre a questão camponesa no Brasil a partir da análise do complexo agroindustrial avícola. Baseou-se, metodologicamente, em discussões teóricas a partir de análise bibliográfica. Discute-se a produção familiar de base camponesa e as transformações nesse modelo produtivo a partir das leituras clássicas (Chayanov, Kautsky e Lênin) sobre o campesinato e o avanço do capitalismo no campo, bem como a sua correlação com as transformações, produtivas e sociais, ocorridas no espaço rural brasileiro a partir do processo de modernização da agricultura. Transformações que, por sua vez, podem estar conduzindo a uma redefinição no perfil do avicultor integrado e conduzindo a uma gradual expulsão da produção familiar camponesa da avicultura.

Palavras-chave: Campesinato. Modernização capitalista. Complexo agroindustrial. Avicultura.

CAPITALIST TRANSFORMATIONS IN BRAZILIAN POULTRY CULTURE: FROM THE PEASANTS TO THE RURAL SMALL BOURGEOISIE

Abstract: This work aims to broaden the debate on the peasant question in Brazil from the analysis of the poultry agro-industrial complex. Methodologically, it was based on theoretical discussions based on bibliographic analysis. The peasant-based family production and the transformations in this production model are discussed from the classic readings (Chayanov, Kautsky and Lenin) on the peasantry and the advance of capitalism in the countryside, as well as its correlation with productive and social transformations occurred in the Brazilian rural space from the agricultural modernization process. Transformations that, in turn, may be leading to a redefinition of the profile of the integrated poultry farmer and leading to a gradual expulsion of peasant family production from poultry farming.

Keywords: Peasantry. Capitalist modernization. Agro-industrial complex. Poultry.

TRANSFORMACIONES CAPITALISTAS EN LA AVICULTURA BRASILEÑA: DEL CAMPESINO A LA PEQUEÑA BURGUESIA RURAL

Resumen: Este trabajo tuvo como objetivo ampliar el debate sobre la cuestión campesina en Brasil a partir del análisis del complejo agroindustrial avícola. Metodológicamente, se basó en discusiones teóricas a partir del análisis bibliográfico. Se discute la producción familiar de base campesina y las transformaciones en este modelo produtivo a partir de las lecturas clásicas (Chayanov, Kautsky y Lenin) sobre el campesinado y el avance del capitalismo en el campo, así como su correlación con las transformaciones productivas y sociales ocurrido en el espacio rural brasileño a partir del proceso de modernización agrícola. Transformaciones que, a su vez, pueden

¹ Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - Seed, Curitiba, Brasil, rosanazafalon@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0009-0125-4305>

² Universidade Federal do Paraná, Departamento de Geografia, Curitiba, Brasil, diniz.ufpr@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0844-4821>

estar conduciendo a una redefinición del perfil del avicultor integrado y a una paulatina expulsión de la producción familiar campesina de la avicultura.

Palabras clave: Campesinado. Modernización capitalista. Complejo agroindustrial. Aves de corral.

Introdução

Muitas transformações ocorreram na agricultura brasileira nas últimas décadas, afetando, sobretudo, a produção de base familiar camponesa. Esta, por sua vez, tem se aproximado cada vez mais do modelo patronal de produção agropecuário, sobretudo quando a produção está diretamente ligada à agroindústria, caso da avicultura de corte.

A avicultura tem sido um dos setores de maior crescimento no país, tanto em termos de consumo interno de carne de frango quanto em relação às taxas de exportação. No entanto, há que se considerar que o aumento da tecnificação na produção de aves de corte está diretamente ligado ao aumento do custo das instalações físicas e manutenção das granjas, o que pode limitar o acesso dos pequenos produtores a essa forma de produção.

Nesse contexto, podemos estar em um processo de redefinição do perfil dos avicultores integrados à agroindústria, que, muito mais capitalizados e com um padrão empresarial de gestão, se afastariam completamente do padrão familiar camponês, berço da produção de aves no país.

A confirmação dessa hipótese poderá corroborar ou refutar as teses clássicas de Kautsky e Lênin sobre as consequências do avanço do capitalismo no campo e ainda ampliar o panorama das discussões sobre a questão camponesa no Brasil, objetivo central deste trabalho.

Para cumprir esse objetivo, adotou-se uma metodologia pautada na análise bibliográfica e de dados quantitativos, buscando destacar o uso que a geografia agrária brasileira atual faz dos autores clássicos do campesinato. O destaque dado a esses trabalhos, sobretudo a obra de Chayanov, para o estudo da realidade rural brasileira dos dias de hoje é fruto de uma enorme desatualização dos debates internacionais sobre o rural, exatamente como aponta o trabalho de Navarro (2009), embora centrado na sociologia rural.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro seções teóricas, apresentando as seguintes discussões: 1. O campesinato na visão de Chayanov. 2. O processo de modernização da agricultura e a formação dos

complexos agroindustriais no Brasil. 3. As consequências da expansão capitalista no campo, segundo as leituras de Kautsky e Lênin. 4. Características e tendências do complexo agroindustrial avícola brasileiro. E, por fim, as considerações finais.

Espera-se que este texto possa contribuir com um embasamento teórico relevante para futuras análises empíricas sobre o complexo agroindustrial avícola e seus desdobramentos sobre a agricultura familiar camponesa no país.

Raízes do conceito de campesinato: a teoria da reprodução camponesa de Alexander Chayanov

Existem diferentes correntes teórico-metodológicas que abordam os modelos de produção familiar no espaço rural, resultando na adoção de conceitos como camponês, agricultor familiar ou agricultor pluriativo para esse segmento, diferenciando-os de acordo com o contexto histórico, econômico e geográfico (ALVES et al., 2008).

No âmbito do paradigma da questão agrária, o campesinato tem sido a principal categoria social adotada pelos pesquisadores brasileiros. Entre as abordagens clássicas, o trabalho com maior influência é a análise da unidade de produção camponesa (não capitalista) de Alexander V. Chayanov.

Na teoria da reprodução camponesa de Chayanov, apresentada na obra “A Organização da Unidade Econômica Camponesa” (1925), elaborada a partir de estudos sobre as unidades de produção familiares russas do início do século XX, a centralidade da discussão está na “caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica” (ALVES e FERREIRA, 2009, p.151).

Diferentemente das visões de subordinação ao capitalismo de Lênin e Kausty, Chayanov entendia o campesinato como uma forma de produção independente da dinâmica capitalista, assentada no trabalho não assalariado e destinado à produção necessária para a sobrevivência e reprodução familiar. Nesse sentido, na visão de Chayanov, a racionalidade camponesa não poderia ser compreendida por meio das teorias econômicas clássicas e das teorias delas derivadas, mas por uma teoria que partisse da lógica interna da unidade econômica camponesa, por sua vez, assentada no trabalho familiar (CARNEIRO, 2009).

Para Chayanov, o estabelecimento produtivo camponês é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo e seu princípio básico está na satisfação das

necessidades. Dessa forma se estabelece um conjunto indissociável entre o trabalho, a terra e o capital, variáveis dependentes e que se organizam em um processo de equilíbrio no balanço trabalho e consumo (CARNEIRO, 2009).

É a chamada motivação individual (fator interno) que condiciona a relação produção-consumo, pois a quantidade de trabalho irá depender do tamanho e composição familiar. Fatores como tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho e dimensão da terra produzem o que Chayanov chamou de diferenciação demográfica (CARNEIRO, 2009).

Sua diferenciação demográfica, na equação trabalho-consumo, é para Chayanov a explicação da racionalidade camponesa, visto que “o número de trabalhadores e consumidores da família camponesa é a explicação da sua existência: um trabalho que serve às demandas necessárias à manutenção da família e não a produção de valor e acumulação de capital” (ALVES e FERREIRA, 2009, p.152).

Assim, o entendimento geral é de que “a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital” (ALVES e FERREIRA, 2009, p.151).

Como o lucro não é seu objetivo primordial, na economia camponesa predomina os valores de uso (destinado ao autoconsumo) em detrimento dos valores de troca, típicos da produção capitalista (CARNEIRO, 2009).

Essa característica, porém, não exclui a ocorrência de excedente produtivo. No entanto, a diferenciação entre os modelos produtivos (camponês e capitalista) nesse aspecto está assentada, de acordo com Oliveira (2001), na comercialização. O excedente se insere e circula dentro de um sistema mercantil simples, onde se vende para comprar, ou seja, a mercadoria excedente da produção camponesa é vendida para que se possa adquirir valores de uso, destinados a sobrevivência da própria unidade produtiva (OLIVEIRA, 2001).

Essas características do modelo de produção permitem afirmar que o propósito produtivo na unidade camponesa é a subsistência, sendo esse atributo responsável pela relativa autonomia desse produtor para gerir suas atividades (CARNEIRO, 2009).

Outro ponto imprescindível na discussão sobre a produção camponesa diz respeito ao modelo de trabalho empregado. A unidade de produção camponesa é considerada não capitalista, por Chayanov, porque não visa à acumulação de capital e não apresenta trabalho assalariado. Dispondo de seus próprios meios de produção e tendo o cultivo da terra e a criação de animais como suas ocupações centrais, em determinadas circunstâncias, porém, os camponeses podem se ocupar em atividades

não-agrícolas complementares, tais como manufatura e artesanato, sendo esta uma característica histórica do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Como perspectivas para o campesinato frente ao capitalismo, Chayanov acreditava na sobrevivência da unidade familiar camponesa e propunha, em caso de inserção dessa produção no âmbito da industrialização agrícola em grande escala, a formação de cooperativas coletivas. Portanto, o autor defendia não só a manutenção da produção camponesa, como também o seu fortalecimento por meio da associação e cooperação, mantendo-se como um modelo de produção independente do capitalista (ALVES e FERREIRA, 2009).

Na leitura clássica de Chayanov, a dinâmica específica da produção camponesa residia justamente na exclusão do trabalho assalariado, pois, entre os camponeses russos, a presença do trabalho extrafamiliar era praticamente irrelevante, de modo que sua introdução acarretaria a inserção da lógica capitalista dentro do campesinato (CARNEIRO, 2009).

Diferentemente disso, nas leituras modernas sobre o modo de vida camponês, há uma revisão desse entendimento, de modo que a presença minoritária ou temporária do trabalho assalariado não é vista como uma característica alheia ao modo de vida camponês. Essa é a leitura, por exemplo, do geógrafo Ariovaldo U. de Oliveira, o qual entende que o trabalho assalariado pode estar presente na unidade camponesa em períodos específicos do ciclo agrícola, que demandam um aumento da força de trabalho no estabelecimento, sem, no entanto, anular a lógica não capitalista desse modo de produção (OLIVEIRA, 2001).

Além disso, na atualidade, a teoria de Chayanov é adotada por teóricos ligados ao paradigma da questão agrária e que defendem a agricultura de subsistência, com destaque para os geógrafos que trabalham com a temática dos movimentos sociais no campo (ALVES e FERREIRA, 2009). Dessa forma, embora suas raízes sejam buscadas na teoria clássica de Chayanov, o camponês brasileiro contemporâneo tem características específicas, entre elas, o trabalho assalariado temporário.

Nesse sentido, é possível discutir a validade do emprego e a abrangência do conceito de “camponês” para o pequeno produtor familiar brasileiro, visto que sua origem não está ligada à transição do feudalismo para o capitalismo, como no caso europeu, e o mesmo também não apresenta exatamente as mesmas características do modelo russo. Assim, torna-se relevante compreender em que medida o conceito clássico de campesinato pode ser aplicado nas sociedades modernas, preocupação

já expressada por Wandelely (1996), principalmente no caso da produção moderna de frangos, foco desta análise.

A origem da avicultura brasileira ocorreu no âmbito das atividades de subsistência da agricultura familiar, sendo caracterizada pela criação de animais rústicos (caipiras) e realizada concomitantemente a outras atividades, como produção de leite, ovos, carne suína/bovina e pela venda do excedente da produção (ZEN et al., 2014).

Essas características, que marcam o início da atividade no Brasil, podem ser associadas à dinâmica de produção camponesa, a qual é marcada pelo trabalho familiar, a produção para o autoconsumo e a venda do excedente, sendo este, por sua vez, revertido para a compra direta de mercadorias destinadas à manutenção da família e do próprio estabelecimento produtivo.

À medida, porém, que o processo de modernização agropecuária vai se espalhando sobre o território brasileiro, muitas transformações vão se processando, modificando as estruturas produtivas e também as relações e os próprios agentes sociais do campo. Seriam tais mudanças fruto do avanço das relações capitalistas no espaço rural, responsáveis, se não pelo desaparecimento do camponês, ao menos por sua mutação? Essa indagação, embora já respondida em leituras clássicas, como em Kaustky e Lênin, continua atual, pois assume formas diferenciadas em cada ramo produtivo da agropecuária moderna brasileira.

Com efeito, CAVAILHES (1976) apud FERREIRA (1984, p.11) afirma que “dentro da quase totalidade dos setores da atividade econômica, o desenvolvimento do capitalismo se traduziu numa concentração crescente dos meios de produção e num crescimento do número dos assalariados em relação aos não-assalariados” e, nesse contexto, deve-se analisar tal tendência e seus desdobramentos, como a transformação ou extinção do campesinato, na avicultura brasileira.

Para tanto, é preciso retomar o processo de expansão e consolidação das relações capitalistas no campo brasileiro, o que se deu através da modernização da agricultura, acentuadamente após a segunda metade do século XX, quando se formaram os CAIs (complexos agroindustriais), dentre os quais a avicultura é um importante segmento.

Modernização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais no Brasil

Para a consolidação de uma sociedade urbana-industrial no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, era fundamental a modernização do setor primário, tanto para aumentar a produção direta de alimentos para a crescente população urbana quanto a de matérias-primas para a indústria em expansão. O Estado brasileiro buscou alcançar essa meta estimulando a adoção de técnicas e equipamentos mais modernos, o que, como apontam as estatísticas de produção e produtividade nas décadas seguintes, de fato ocorreu.

No Brasil, a modernização da agricultura começa com as importações de meios de produção mais avançados na década de 1950 e se solidifica na década seguinte com a implantação do setor industrial de produção de equipamentos e insumos agrícolas (TEIXEIRA, 2005).

Desse modo, a partir da segunda metade do século XX, houve a substituição da agricultura tradicional, centrada nos recursos naturais e na mão-de-obra familiar para uma agricultura moderna, cuja característica produtiva central está na adoção de máquinas, equipamentos, insumos e técnicas avançadas. Nesse modelo de modernização o progresso técnico-científico é direcionado muito mais para a indústria do que para a agricultura (SERPA, 2014).

Dessa forma, “a partir da modernização inicia-se a busca no Brasil por uma elevação na produção e incentivos para desenvolvimento de vários setores atrelados à agricultura, um dos quais foi o setor das agroindústrias” (SERPA, 2014, p.75).

De acordo com Serpa (2014), o processo de modernização não trouxe apenas transformações na base técnica de produção, mas impactou também as relações sociais de produção, uma vez que aumentou a integração entre o produtor e a produção no mercado e na racionalidade do lucro, que passa a ser o principal objetivo da produção.

Nessa conjuntura, como consequência das transformações da produção no campo, a mentalidade produtiva camponesa, centrada no trabalho familiar e na reprodução de um modo de vida, passa a ser gradualmente dissolvida, abrindo espaço para a expansão da produção nos moldes capitalistas, tanto na pequena quanto na grande propriedade, processo verificado no caso da produção de frangos de corte.

Assim, a partir dos anos 1960, vai se estabelecendo um novo modelo econômico no país, no qual a substituição de importações perde espaço para a formação do complexo agroindustrial: “Toda mudança ocorrida no processo produtivo

agrário no Brasil, no período pós – 1960, no sentido de modernização e reestruturação do campo se relacionou com a formação do chamado “Complexo Agroindustrial” (TEIXEIRA, 2005, p.32).

Mas é a partir da década de 1970 que a agroindústria ganha, de fato, expressividade, envolvendo o processamento dos principais produtos da época: café, soja, laranja, cana-de-açúcar e criação de animais (SOUZA, 2017).

Há algumas divergências entre os teóricos em relação ao marco temporal adequado para indicar o surgimento da dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro, variando entre a década de 1960, com a formação do setor industrial de bens de capital para a agricultura (chamado D₁) e a década de 1970, quando as políticas destinadas a agroindustrialização ganham maior expressividade.

De acordo com Belik (1992), para a constituição dos CAIs, não basta apenas a produção interna de equipamentos e insumos agrícolas, ocorrido nos anos 1960, mas também a implantação de uma política destinada a agroindústria processadora, o que só ocorre na década seguinte.

Desse modo, para Belik (1992) foram os fundos e programas estatais, do fim da década de 1960 e da década de 1970, que impulsionaram a agroindústria processadora e que, em conjunto com o crédito rural, deram sustentação ao complexo industrial, finalmente integrando a agricultura aos setores a montante e a jusante.

O tripé do complexo agroindustrial, portanto, se formaria com a junção de um setor industrial interno para a produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas, uma agricultura industrializada e uma agroindústria moderna.

Teóricos de grande relevância sobre o mundo rural brasileiro, como José Graziano da Silva, Angela Kageyama e Guilherme Costa Delgado, em trabalhos ainda da década de 1980, afirmam que o processo de modernização da agricultura foi responsável por transformar a dinâmica histórica da agricultura brasileira, que passou do modelo de “complexo rural” para os “complexos agroindustriais”, chamados CAIs, no qual a avicultura moderna representa um setor produtivo de grande importância.

Agricultura capitalista nas leituras de Kautsky e de Lênin: metamorfose ou desaparecimento do campesinato?

De acordo com Ferreira (1984), na agricultura não ocorreu a concentração dos meios de produção e a centralização do capital previsto na teoria marxista, visto que ainda haveria um número significativo de pequenos produtores rurais, número que até

mesmo se torna muito expressivo em determinadas áreas e situações particulares. De fato, mesmo quase quarenta anos após essa afirmação, não se pode falar numa proletarização homogênea da classe camponesa, quer seja no mundo ou no Brasil.

No entanto, é possível encontrar segmentos em que as transformações foram tão intensas que corroboram as tendências apresentadas ainda no século passado para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Vejamos brevemente as mais famosas delas, as teorias de “proletarização do camponês”, do alemão Karl Kautsky e a de “desintegração do campesinato” do russo Vladimir Lênin.

Segundo Carneiro (2009, p. 60), os teóricos do marxismo previam a disseminação do modo de produção capitalista no campo e a constituição de uma classe política operária que assim embasaria a implantação do socialismo. Nessa perspectiva, a manutenção do campesinato representava um obstáculo ao projeto socialista, de modo que pouca atenção foi dada a essa discussão, pois tinha-se em mente o eminente desaparecimento dessa categoria.

Com efeito, a tese central de Lênin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) é a da desintegração do campesinato a partir do processo de diferenciação social dos camponeses, determinada pelo avanço das relações capitalistas. Essa tese foi embasada em diversos indicadores das propriedades camponesas russas da época, tais como: área de terra comprada e arrendada, área semeada, animais de trabalho e rebanho, emprego de mão-de-obra-assalariada, uso de instrumentos agrícolas aperfeiçoados, as atividades temporárias (ofícios), entre outros. A disparidade no desempenho dos estabelecimentos camponeses levou o autor a identificar dois processos simultâneos: “a decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário”, bem como a “ampliação da unidade agrícola e a transformação do camponês em empresário rural” (LÊNIN, 1985, p. 83).

Na mesma perspectiva do que se processava no meio industrial, foco central da análise de Marx, Kautsky acreditava na concentração da riqueza no campo como consequência da disseminação do capitalismo, instaurando-se uma polarização entre os proletariados camponeses, de um lado, e um conjunto de grandes e pequenas propriedades, de outro. E justamente nas pequenas propriedades é que se mantinham as relações pré-capitalistas, no contexto russo, atravancando a implantação do socialismo (CARNEIRO, 2009).

Particularmente importante, para os objetivos deste trabalho, é a abordagem de Kautsky sobre o processo de subordinação da agricultura à indústria, o que remete

à produção integrada na avicultura moderna. Segundo o teórico, o processo de integração agricultura-indústria se concretiza, primordialmente, por meio da grande produção capitalista: “O grande estabelecimento agrícola é o que melhor corresponde às necessidades da grande indústria agrícola. Frequentemente esta procura criar grandes estabelecimentos agrícolas em lugares nos quais a mesma não existe ainda” (KAUTSKY, 1986, p.233).

Como consequência dessa tendência, ao camponato restaria apenas uma estratégia para se integrar à grande indústria agrícola capitalista: o cooperativismo. No entanto, ao adotar esse modelo produtivo, o camponês se transformaria em capitalista, deixando a produção de subsistência para aderir à produção de mercado. A cooperativa agrícola de produção no capitalismo, segundo Kautsky (1986, p. 235), permitiria ao camponês “enriquecer o seu estabelecimento agrícola com os frutos da exploração capitalista, organizar o seu estabelecimento de forma mais racional e elevar o nível desse empreendimento”, o que faria da cooperativa uma forma de subordinação da agricultura à indústria e ao capitalismo.

Todavia, caso não consiga se inserir no processo de integração agricultura-indústria, o camponês se tornaria um trabalhador assalariado: “A única questão que se coloca é a de saber quanto tempo dura esse passe de mágica que transforma em capitalista, da noite para o dia, aquele camponês antes em vias de transformar-se em proletário” (KAUTSKY, 1986, p. 235).

Com o sucesso do empreendimento, por outro lado, o camponês se transforma em fornecedor de matéria-prima para as fábricas, necessitando, para isso, adaptar seu estabelecimento às demandas da indústria:

O camponês deixa, dessa maneira, de ser o senhor absoluto de seu estabelecimento agrícola, pois este passa a existir em função das necessidades específicas do estabelecimento industrial que passa a ditar-lhes as regras. O camponês transforma-se, em parte, em operário da fábrica. (KAUTSKY, 1986, p. 236).

Uma última questão do pensamento de Kautsky ainda precisa ser levantada. Trata-se, segundo Carneiro (2009), da discordância de Kautsky em relação às análises de Marx e Lênin, pautadas na existência somente de capitalistas e proletários como agentes sociais. Sua discordância se assentava justamente na confirmação, por meio de evidências empíricas, da permanência da pequena propriedade camponesa, que não seguia o esperado pressuposto de desaparecimento rápido. Diante disso, poderia ser necessário uma reformulação do programa agrário comunista, que estava assentado na grande empresa socialista.

Esse debate permanece atual, pois é muito comum entre teóricos agrários marxistas a defesa da reforma agrária no Brasil, ou seja, a distribuição de pequenos lotes privados aos camponeses. A defesa da propriedade privada, mesmo que de pequeno porte, representa uma contradição com os ideais socialistas. Tais autores, no entanto, não explicam como seria possível compatibilizar tais programas, tendo em vista a clara divergência entre eles. Nesse sentido, surgem abordagens como as de Ariovaldo U. de Oliveira, Bernardo M. Fernandes, José de Souza Martins, entre tantos outros, que defendem que o capitalismo, contraditoriamente, precisa reproduzir o campesinato para se manter como sistema.

Na próxima seção, que trata do CAI avícola brasileiro, são abordadas diversas características desse setor produtivo que corroboram as teses de Kautsky e de Lênin sobre a expansão do capitalismo no campo.

Complexo agroindustrial avícola no Brasil: campesinato, modernização, características e tendências

Na segunda metade do século XX, graças ao processo de modernização da agricultura, formaram-se os complexos agroindustriais (CAIs) no Brasil, como resultado da integração intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura (D₁), a agricultura moderna e a agroindústria. A avicultura é classificada como um CAI completo, pois trata-se de um segmento moderno da agropecuária com ligações tanto para frente, com a agroindústria processadora, quanto para trás, com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Particularmente, nos anos 1970, em função da existência de crédito agrícola subsidiado, da instalação de frigoríficos e da articulação entre empresas nacionais e estrangeiras do segmento de linhagens, a agroindústria de frangos se estruturou no Brasil como um setor moderno (RIZZI, 1993). Conforme estudo de Espíndola (1996), entre os anos 1970 e 1990 houve um expressivo aumento da participação da carne de frango no total de carne produzida no país, passando de 7,95%, em 1970, para 42,98%, em 1993.

Segundo Espíndola (1996) o aumento da produção de aves acompanhou o aumento da produção de soja e ambos se justificam por dois fatores: a crise econômica e a mudança nos hábitos alimentares. O primeiro fator é explicado pelo menor preço do frango em relação a outras fontes de proteína animal e o segundo

relaciona-se aos baixos teores de gordura dos produtos derivados da soja e da ave. Essa expressiva expansão produtiva é associada à adoção do sistema de integração na avicultura brasileira, inspirado no modelo americano.

Quanto à forma de integração do produtor agrícola à agroindústria processadora, Graziano da Silva (1998) aponta que ela pode ocorrer de duas maneiras: por meio da integração vertical – quando a indústria produz e controla sua própria matéria-prima – e pela contratação de produtores que fornecem a matéria-prima. No segundo caso, o autor ressalta que há uma tendência de seleção, num primeiro momento, de pequenos e médios produtores familiares, visto que a indústria se favorece por não precisar adiantar capital próprio e por tais produtores não terem força para exercer pressão quanto aos preços, prazos de pagamento e sistemas de classificação. Num segundo momento, porém, quando essas vantagens iniciais são superadas e há um fluxo regular de matéria-prima, pode haver uma seleção de produtores mais eficientes, ou seja, daqueles com maior poder de resposta para a implantação de inovações tecnológicas, tendência que pode ser verificada na avicultura atual.

Segundo Espíndola (1996, p.121), o sistema de integração está associado ao projeto de modernização agropecuária do Brasil, e seus objetivos são: “aumento da produção, da produtividade agrícola, novas relações de produção, dissolução da estrutura produtiva rural autossuficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos”. Esse modelo produtivo emerge em meio à demanda constante e abundante de matéria-prima pelos frigoríficos da região sul, seguindo o exemplo da Europa e dos EUA, onde as agroindústrias já haviam firmado tal parceria com a produção familiar (ESPÍNDOLA, 1996).

No entanto, é preciso considerar que, do ponto de vista social, a integração significa uma ruptura, uma nova diferenciação entre as categorias sociais do campo. Para Belato (1985, p. 379), a integração representa a “forma plena e total de articulação da agricultura ao capital” e que, nesse contexto, o campesinato desaparece. “É aqui que o camponês deixa de ser camponês em sua dimensão histórica para se tornar um integrado, um trabalhador, totalmente novo, criação do capital e para o capital”. Contudo, Belato não visualiza a extinção da categoria, mas o surgimento de um novo campesinato, que faria enfrentamento ao novo inimigo, representado agora pelas empresas ou conglomerados industriais. Os camponeses se uniriam ao operariado urbano na luta contra o capital.

Essa previsão não se cumpriu, pois, ao contrário, o que se tem observado no caso da integração na avicultura é uma articulação dos pequenos proprietários ao agronegócio. Numa pesquisa sobre a avicultura no oeste paranaense, Moreira (2020, p. 438) demonstra que, há mais de cinquenta anos, são as grandes empresas e cooperativas agroindustriais que conformam, econômica e politicamente, a organização produtiva na agropecuária. E o que se constata é a articulação dos pequenos proprietários ao agronegócio. De fato, no Oeste do Paraná, quando o pequeno proprietário se integra como avicultor a uma agroindústria, na maioria das vezes, não limita sua atividade produtiva ao aviário, dedicando-se à produção de outras mercadorias agropecuárias com o objetivo de diversificar a produção. Com a gestão da pequena propriedade hegemônica pelo agronegócio utilizam permanente, sazonal ou temporariamente, mão de obra assalariada, diante da insuficiência da mão de obra familiar, comumente causada pela saída dos filhos do campo para o estudo ou para o exercício de outras atividades na cidade. O cálculo empresarial e a produção vinculada ao mercado moldaram a reorganização das relações sociais de produção no campo. O que as evidências perscrutadas demonstraram foi a produção agropecuária da região sendo diversificada e direcionada ao mercado e pequenos proprietários articulados ao agronegócio (MOREIRA, 2020, p. 452).

A lógica desses pequenos proprietários está pautada na sua condição de proprietários da terra, defendendo uma posição de classe que os aproxima da burguesia agroindustrial e que conseqüentemente os leva à defesa do agronegócio e do próprio capitalismo: “não divergem do agronegócio e da agroindústria enquanto realidade, pois estão inseridos nas diversas cadeias produtivas (não apenas na avicultura) e dela não querem se excluir”, embora consigam identificar a subalternidade e a desigualdade a que estão expostos nessa cadeia produtiva (MOREIRA, 2020, p. 452).

No caso da associação que alguns autores fazem entre campesinato e cooperativas agrícolas, é notória a presença dessas organizações na atividade avícola desenvolvida no Paraná, tais como C. Vale – Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Agroindustrial Copagrill, Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, Cooperativa Agroindustrial Lar. Nesse segmento, a integração a cooperativas não representou uma estratégia de manutenção e recriação do campesinato, pois, bem ao contrário, introduziu e reforçou um modelo de produção em bases capitalistas, consolidado a partir do processo de modernização do campo.

Segundo Moreira (2020), a instalação de cooperativas no oeste do Paraná, entre as décadas de 1960 e 1970, contribuiu com o processo de modernização da agricultura. O contexto de crédito farto, assistência técnica e estímulo à produção favoreceu tanto a criação das cooperativas quanto a adesão dos agricultores, que, associados, passaram a reproduzir as orientações da cooperativa e assim expandir o processo de modernização. As cooperativas, definidas por Moreira (2020) como empreendimentos capitalistas, atuavam inicialmente na recepção e comércio dos produtos agropecuários, mas, a partir da década de 1980, se reorganizaram para abarcar também o ramo de processamento.

Essa mudança se respaldava no discurso de agregação de valor para beneficiar o pequeno produtor e mantê-lo no campo. Contudo, na prática, o que se percebe é que a gestão empresarial das cooperativas não difere das demais empresas, pois o objetivo é buscar “lucro e a acumulação de capital nas relações de integração e na constituição do patrimônio da empresa-cooperativa” (MOREIRA, 2020, p. 455).

Portanto, se, no século XIX, o cooperativismo era visto como uma estratégia de organização dos trabalhadores frente à exploração capitalista, no século seguinte essa prática acabou sendo apropriada pelos próprios capitalistas para a concentração da propriedade privada e do capital. Nesse contexto, o Estado brasileiro atuou de forma decisiva, pois ofertou incentivos legais e fiscais para a instalação das cooperativas (MOREIRA, 2020). Como resultado:

Esse processo histórico tem levado a burguesia, como classe, a disputar e hegemonizar os interesses de pequenos proprietários rurais e da produção familiar, configurando os pequenos proprietários como parte da burguesia agrária e industrial no Oeste do Paraná. (MOREIRA, 2020, p. 455).

Não obstante aos seus impactos sobre o modelo de produção familiar (camponesa), o sistema de integração é um dos elementos que, juntamente com o desenvolvimento técnico-científico, alavancaram a avicultura brasileira nas últimas décadas. A evolução tecnológica levou ao surgimento de novos equipamentos para os aviários, bebedouros/comedouros automáticos e sistema de climatização, por exemplo, aumentando o investimento necessário à atividade e, por sua vez, selecionando os produtores. Assim, tendem a permanecer na atividade apenas os avicultores mais capitalizados, ou seja, aqueles que conseguem investir na modernização da produção (CANEVER, 1998).

O novo padrão tecnológico empregado na produção, como a climatização dos galpões, exerce influência decisiva no setor, levando ao surgimento dos “aviários gigantes” e, por conta do elevado custo de investimento, tende a excluir as pequenas propriedades do sistema de integração. Estas ficam em dificuldade pela falta de recursos financeiros e de espaço físico, fatores de seletividade dos produtores (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

Assim, a adoção de novas tecnologias na criação de frangos tem o papel de reduzir custos de produção e aumentar a produtividade via aumento da densidade de aves por aviário. No entanto, como consequência, demanda um número cada vez menor de criadores para atender ao mercado, mas que, por sua vez, irão requerer um volume cada vez maior de recursos para permanecerem no ramo. Essa característica poderá inviabilizar a permanência dos produtores ou desestimular novos investimentos (CANEVER, et al., 1998).

Portanto, é possível falar na mudança de perfil do produtor integrado na avicultura brasileira. Enquanto o modelo implantado a partir da década de 1960 estava baseado na integração de pequenos produtores familiares (com características camponesas) e com intensivo uso de tecnologias modernas, nos últimos anos, as pressões internacionais pela produtividade e competitividade levaram a formação de um novo perfil, de médios e grandes produtores com as seguintes características:

Alto nível de automação dos aviários; alto volume de aves confinadas por produtor; redução significativa do número de produtores integrados para cada planta industrial; produtores integrados de porte médio ou grande decorrente da necessidade de que os integrados tenham maior capacidade de alavancagem financeira devido aos altos custos para implantação dos novos aviários; produtores melhor informados sobre o mercado; produtores que buscam melhores opções de investimento e não simplesmente uma nova fonte de renda; uso predominantemente de mão-de-obra assalariada nos aviários; reespecialização das agroindústrias integradoras para locais onde exista maior número de produtores que atendam o perfil desejado; áreas onde haja oferta abundante de matérias-primas como milho e soja (Fernandes Filho e Queiróz, 2002, p.5).

Nesse novo modelo se destacaria o processo de “homogeneização das características dos integrados em relação a uma planta industrial, principalmente em relação ao uso de tecnologias que privilegiem a automação” (FERNANDES FILHO e QUEIRÓZ, 2002, p.5).

Com base nas considerações de Fernandes Filho e Queiróz (2002), França (2006), por meio de estudo comparativo entre as estruturas tradicionais de produção de frangos de corte no município de Videira (SC) e a estrutura construída no município

de Rio Verde (GO) - Projeto Buriti³ demonstrou a presença de dois perfis de produtores integrados no país.

O primeiro, modelo tradicional implantado no início da modernização da produção de frangos no país (década de 1960), sobretudo na Região Sul, é chamado de integração da produção familiar e corresponde ao padrão verificado entre os produtores de Santa Catarina (Videira), sendo caracterizado por pequenos produtores, uso de mão-de-obra familiar e uma grande gama de pequenos avicultores para o atendimento de uma planta agroindustrial (FRANÇA, 2006).

Já o segundo modelo de produção, que tem se fortalecido principalmente a partir dos anos 2000, corresponde a uma integração homogênea de escala, ou seja, um modelo de integração baseado em médios e grandes produtores, com predomínio de trabalho assalariado, uso intensivo de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e maior capacidade produtiva (alojamento de aves por galpão e maior número de galpões por propriedade) e financeira (produtores mais capitalizados, com maiores extensões de terra e maior capacidade de alavancar recursos para investimentos). Nesse novo padrão, cada planta agroindustrial demandaria um número menor de produtores integrados (FRANÇA, 2006).

Trata-se do perfil encontrado em Rio Verde (GO) e tende a ser uma nova tendência dessa cadeia produtiva, por isso mesmo chamado por França (2006) de novo modelo de produção de frangos de corte.

No entanto, ressalta-se que muitas das características deste novo modelo, principalmente em relação às inovações tecnológicas, como automação da alimentação, uso de equipamentos de climatização e módulos de confinamento maiores, já estão presentes também no modelo tradicional. Desse modo o que de fato difere os modelos é a “heterogeneidade da base técnica no modelo tradicional e na homogeneidade destas tecnologias no novo modelo de produção” (FRANÇA, 2006, p. 58).

Além de reduzir a demanda e o custo com mão-de-obra, é importante salientar que a tecnificação da produção também impõe um novo perfil para o trabalhador ligado diretamente ao manejo das aves, ou seja, exige maior qualificação, visto que o mesmo deverá ser capaz de operar equipamentos modernos, podendo assim até

³ Unidade de produção agroindustrial implantada pela Perdigão a partir de 1998 e com início das atividades em 2000. Contou com subsídios (incentivos, financiamentos e concessões) das três esferas estatais, federal (principalmente de recursos do BNDES), estadual e municipal e se configura como exemplo do novo modelo produtivo da avicultura brasileira. Mais detalhes sobre o projeto e a participação estatal no fomento a atividade, consultar França (2006).

mesmo comprometer o uso exclusivo da mão-de-obra familiar, característica primordial da agricultura camponesa.

A modernização também altera outra característica importante da agricultura camponesa, que é a autonomia decisória própria da gestão familiar. Na avicultura moderna (capitalista), a especialização (divisão de tarefas) é um elemento central, tornando cada elo dessa cadeia produtiva altamente especializado e, conseqüentemente, centralizado (WERNER, 2017). Tal especialização tende a abarcar, inclusive, o manejo direto das aves, modificando o perfil do produtor integrado, afastando-o cada vez mais do modelo familiar e aproximando-o do perfil empresarial moderno capitalista.

Trata-se, portanto, no âmbito da agroindústria, de um processo de acúmulo e centralização de capital que envolve todas as indústrias dessa cadeia e induz à formação de oligopólio em cada segmento produtivo: “[...] à medida que ocorre um aumento da importância econômica da cadeia, acontece uma ampliação no tamanho e encolhimento no quantitativo de empresas, em cada uma de suas instâncias” (WERNER, 2017, p. 27).

Por sua vez, essa dinâmica tende a se reproduzir também na esfera dos produtores integrados à agroindústria, na qual a necessidade crescente de aporte tecnológico e financeiro cria um novo padrão de seletividade para aqueles que desejam se inserir ou permanecer no setor. Nesse sentido, segundo Werner (2017, p. 25), a avicultura industrial desenvolveu-se no Brasil seguindo as diretrizes do modelo produtivo estadunidense, caracterizado pelo “desempenho completo e terminado das cadeias alimentares, onde o capital que se encontra a montante e/ou a jusante do produtor agrícola, comanda o processo de produção”.

A partir dessa análise, Werner (2017, p. 42) conclui que “o Capital desintegrou para integrar”:

O Capital, ao avançar sobre o espaço agrário via Revolução Verde, acabou desintegrando as funções outrora concentradas na unidade agrária. Promove-se por tal meio uma acentuada divisão do trabalho. A partir desta divisão, cabe à agricultura a função de produzir matéria-prima, mas não segundo a forma que lhe era específica. A partir da transformação ela deve produzir matéria-prima segundo os moldes exigidos pelo mercado, o que por sua vez, significa elevar os índices de produtividade. Para tanto, é preciso adotar equipamentos específicos e produzir sob a orientação do capital que lhe compra a matéria-prima (WERNER, 2017, p. 43).

Na outra ponta da cadeia produtiva, Espíndola (2009) destaca uma tendência de a agroindústria diminuir a produção via integração e investir na produção própria

de aves por meio do trabalho assalariado. Essa reorganização ocorre em decorrência do elevado custo (necessidade de expressivo capital de giro) que a empresa tem para manter a integração e ainda devido às transformações no processo produtivo mundial de aves, as quais, diante da necessidade de promover avanços qualitativos do produto, viabiliza-se em aviários com maior capacidade produtiva, entre 25.000 e 100.000 animais. Com menos espaço físico e limitação financeira, os pequenos produtores integrados tendem a perder espaço, enquanto avança o assalariamento. Por último, de acordo com Espíndola (2009), a dispersão dos investimentos para o Centro-Oeste criou as bases para o surgimento de um novo perfil para o avicultor.

Dentro dessa mesma tendência, existe ainda o sistema de “condomínios de granjas”, nova estratégia produtiva que atende ao requisito da produção em escala do processo de modernização, mas que separa definitivamente a produção de frangos da dinâmica da agricultura camponesa e familiar, visto que a mão-de-obra assalariada e qualificada pode ter origem tanto rural quanto urbana. Os lucros, por sua vez, ficam com o proprietário ou grupo de proprietários do condomínio, que não precisam ser, necessariamente, produtores rurais. Podem ser empresários urbanos, comerciantes, profissionais liberais, que possuem capital para o investimento no setor ou apenas condições (garantias patrimoniais) para alavancarem empréstimos junto ao sistema bancário.

Portanto, além de uma tendência para a mudança de perfil dos avicultores integrados, onde permaneceriam apenas os maiores e mais capitalizados produtores, há indicativos de que o modelo de integração possa estar atingindo o seu esgotamento e que novas formas de produção ganhem mais espaço na matriz produtiva brasileira de frangos nos próximos anos.

No campo teórico, entretanto, as discussões apresentam um viés dualista. No grupo que acredita nas permanências (recriação) do campesinato, podemos citar pesquisadores ligados ao paradigma da questão agrária, com destaque para a obra de Ariovaldo U. de Oliveira na geografia. Já no conjunto das leituras sobre o fatal desaparecimento camponês, a obra de Graziano da Silva (1998) sobre a modernização da agricultura brasileira (formação dos CAIs) constitui um importante exemplo.

Na pesquisa de Heck (2016), essa discussão é direcionada para a avicultura. Heck (2016, p. 102) questiona a visão de Graziano da Silva, afirmando que este desconsiderava as relações camponesas em suas análises. Além disso, o geógrafo questiona se na obra de Silva os camponeses são excluídos propositalmente, por

“negligência intencional do pesquisador”, ou se de fato desaparecem nos chamados CAIs completos. Para Heck (2016), há formas de resistência camponesa na avicultura, como o cultivo de culturas para autoconsumo, que, segundo o autor, têm uma dupla função: assegurar a reprodução camponesa e a permanência na terra.

Essa leitura de Heck (2016) está embasada no pensamento do geógrafo Ariovaldo U. de Oliveira, que defende a recriação do campesinato a partir das contradições do próprio desenvolvimento capitalista.

Deste modo, esse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo se caracteriza na sujeição da renda da terra ao capital, pois assim, pode subordinar a produção camponesa. Isso se dá nos contratos de integração com a avicultura, porém, o trabalho familiar e o controle da propriedade ficam em mãos dos(as) camponeses(as), sendo que, práticas de produção alternativas, como o autoconsumo, continuam presentes nas propriedades de avicultores(as) do Oeste do Paraná. Então, não há como excluir da análise as características do modo de vida camponês, mesmo no “complexo agroindustrial completo” da avicultura, contudo, a presença das relações camponesas não é uniforme dentre os(as) avicultores(as) (HECK, 2016, p.104).

Mas será que a presença de produção para autoconsumo é suficiente para definir uma identidade camponesa? Afinal, até uma horta urbana pode ser enquadrada nessa categoria! Aliás, sobre a questão do autoconsumo, Abramovay (1990) já alertara que esta é uma prática que existe em praticamente todo estabelecimento agrícola, tanto no camponês quanto no capitalista. O que de fato é específico no campesinato é a flexibilidade entre consumo e venda. Por isso, a escolha da lavoura a ser produzida é feita levando em conta a possibilidade de alimentar a família, em um cenário de inviabilidade comercial. Esse é o mecanismo que explica, por exemplo, a relevância da produção de mandioca pelos camponeses.

Outro aspecto defendido por Heck (2016) é a heterogeneidade dos avicultores, denominados por ele de “sujeitos sociais”. De fato, muitos são os atores sociais envolvidos na avicultura, tais como o pequeno proprietário rural familiar - camponês (integrado ou cooperativado) -, o grande proprietário integrado ou autônomo (empresário do agronegócio), comerciante e profissional liberal urbano integrados em empreendimento individual ou coletivo (condomínios de granjas), além do trabalhador rural ou urbano assalariado/parceiro, contratado para o trabalho nos aviários. Mas Heck não apresenta evidências empíricas para demonstrar que os chamados “camponeses” são numericamente predominantes ou ao menos expressivos no setor avícola ou na produção nacional ou regional de frangos.

E por que não falar em um pequeno empresário rural integrado? Quais seriam as características desse grupo? Manteriam maiores ligações com a lógica camponesa ou com a lógica empresarial (agribusiness)? Seria resultado de uma diferenciação interna da avicultura camponesa, forjada no intenso processo de modernização da produção? Representam o maior ou menor grupo entre os avicultores? Tendem a se expandir e extinguir a lógica camponesa do complexo agroindustrial avícola? Como diferenciar os camponeses desses pequenos capitalistas? Essa diferenciação ainda faz sentido na avicultura?

Considerações finais

Na visão de Carneiro (2009), as teorias marxistas (Marx, Lênin e Kautsky), com exceção de uma parte da obra do último autor, que aborda a subordinação da agricultura à indústria, pouco contribuem para a compreensão do modo de produção familiar, uma vez que se pautavam na eminente eliminação dos camponeses do espaço agrário. Nesse sentido, maiores contribuições seriam encontradas na obra de Chayanov, em sua abordagem da dinâmica interna camponesa. Não obstante, essa leitura continua incapaz de explicar a diversidade da pequena produção familiar na América Latina, sobretudo nos segmentos mais integrados ao mercado. (CARNEIRO, 2009).

No caso das pesquisas sobre o complexo agroindustrial avícola, de fato, as teorizações de Chayanov pouco contribuem para o entendimento da produção moderna, fruto do processo de modernização agropecuária e da formação dos complexos agroindustriais. Embora a avicultura tenha nascido no seio da pequena produção familiar brasileira como atividade para autoconsumo e venda do excedente, as transformações tecnológicas, econômicas e sociais processadas nas últimas décadas afastaram significativamente esse setor agroindustrial do perfil camponês.

Por esse motivo, as leituras de Kautsky e Lênin oferecem um arcabouço teórico mais robusto para essa análise setorial:

Apesar de Kautsky não dedicar atenção especial ao trabalho assalariado propriamente dito como fez Lênin, a importância da sua obra decorre da teorização da exploração familiar no contexto da subordinação agroindustrial. O ponto central consiste na ênfase da dependência da agricultura em relação à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado, na verdade, exercendo o mesmo papel de proletário, não desaparecendo como defendeu Lênin (CARNEIRO, 2009, p.54).

No caso da avicultura brasileira, é possível verificar tanto o processo apontado por Kautsky quanto o indicado por Lênin. Num primeiro momento, o camponês se subordinou à indústria por meio dos contratos de integração da agroindústria com os produtores familiares, ainda na década de 1970, aspecto levantado na análise de Kautsky. Nas décadas seguintes, sobretudo após os anos 1990, impulsionada pela competição advinda da abertura econômica, as constantes inovações impuseram uma tecnificação e uma capitalização/financeirização cada vez maior aos produtores. Estas mudanças acabaram por reduzir, pouco a pouco, a produção de base familiar (camponesa) no ramo produtivo.

Embora ainda possam ser encontrados estabelecimentos de produção de frango de corte em que o trabalho, a gestão e o modo de vida familiar sejam centrais (produção avícola camponesa, segundo Heck (2016), as tendências diagnosticadas nos últimos anos apontam para a inviabilização desse grupo, permanecendo apenas os avicultores empresariais, os únicos capazes de auferir renda significativa, por meio da escala produtiva, e assim viabilizar os constantes investimentos necessários para a manutenção da produção.

É importante ressaltar ainda que, no grupo dos avicultores empresariais, é possível encontrar uma grande diversidade de atores sociais, desde comerciantes e profissionais liberais que decidem investir no ramo (seja de forma particular ou em investimento nos chamados condomínios de criação), passando por grandes produtores de grãos, principalmente no Centro-Oeste, que desejam diversificar sua produção, chegando aos novos pequenos empresários do campo, descendentes de camponeses, cuja dinâmica de vida e trabalho da geração atual, porém, não são mais compatíveis com o modo de produção familiar. Nesse último caso, evidencia-se a tese de desintegração do campesinato e sua transformação em pequena burguesia, anunciado por Lênin.

A análise dessa diversidade social é particularmente interessante na região sul do Brasil, onde o processo de colonização promovido pelo Estado, entre os séculos XIX e XX, esteve pautado no estímulo a entrada de imigrantes europeus como mão-de-obra para a produção agropecuária. Justamente esses imigrantes, os chamados “colonos”, implantaram uma agricultura camponesa, realizada em pequenos lotes, com produção de alimentos (subsistência e comercialização do excedente), trabalho e gestão familiar.

Considerando que a produção camponesa foi, durante muito tempo, a base da produção sulista e que nessa região, por conta do expressivo contingente de

imigrantes, formou-se um modelo de campesinato muito mais próximo do campesinato europeu do que em outras regiões do país, compreender os impactos do processo de modernização da agricultura e da integração dessa categoria social ao circuito dos complexos agroindustriais constituem relevantes temas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990. 354 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ALVES, Flamarion Dutra.; LINDNER, Michele.; RODRIGUES, Suelen De Leal. Formas de (re) produção familiar no espaço rural: Campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo UERJ**, ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.

ALVES, Flamarion D. ; FERREIRA, Enéas R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v.8, n.16, p.147-156, out. 2009. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/223>>. Acesso: jul. 2020.

BELATO, Dinarte. Os Camponeses Integrados. 1985. 477 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1985.

BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A Evolução da Avicultura Industrial Brasileira e seus Efeitos Territoriais. **Revista Percorso** – NEMO. Maringá, v.2, n.1, p. 25-51, 2010.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. 226f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286545> >. Acesso em: dez. 2020.

CANEVER, M. D. et al. Mudanças tecnológicas na avicultura de corte: implicações sócio-econômicas. **Revista de Política Agrícola**, São Paulo, v. 7, p. 5-10, 1998.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território**. Uberlândia. v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias do oeste catarinense: o caso Sadia**. 1996. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ESPÍNDOLA, C. J. A cadeia produtiva de frango de corte na América do Sul: considerações preliminares. In: **12º Encontro de Geógrafos da América Latina**, 03 a 07 de abril de 2009, Montevideu, Uruguai. Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/76.pdf> >. Acesso em: out. 2020.

FERNANDES FILHO, J. F.; QUEIROZ, A. M. Transformações recentes na avicultura de corte brasileira: o caso do modelo de integração. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER, 2002, Passo Fundo-RS. **Anais**. XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural-SOBER 132 Equidade e Eficiência na Agricultura Brasileira. BRASÍLIA-DF: SOBER, 2002. v. 1. p.1-16.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: Região de Porecatu 1940-1952**. 1984. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

FRANÇA, Levy Rei de. A reestruturação produtiva da avicultura de corte: Rio Verde (GO) e Videira (SC). 2006. xx, 151 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104972/franca_lr_dr_jabo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: jan.2021.

GRAZIANO DA SILVA J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 2ªed., 1998.

HECK, F. M. Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território. **Revista Nera** (UNESP), v.19, p.98-118, 2016. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4775/3561>>. Acesso em: 10/07/2021.

MOREIRA, V. J. A reorganização das relações de produção no campo: agronegócio e trabalho (Oeste do Paraná, final do século XX e início do século XXI). **Revista de História Regional**, v. 25, n. 2, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14605> Acesso em: 20/11/2021.

NAVARRO, Z. "Nunca cruzaremos este rio" – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a "sociologia militante", e o ocaso da reforma agrária no Brasil. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 13, n. 2, p. 5-51, 8 abr. 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001. 164 p.

RIZZI, A. T. **Mudanças Tecnológicas e Reestruturação da Indústria Agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil**. 1993. 201 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas 1993.

SERPA, Ivone Maria. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial : a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. História do Agronegócio no Brasil. **Folha Acadêmica do CESG**, n. XIII, p.13-15, jan./mar.2017.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v.3, n.2, set.2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareh B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro in: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20º., Caxambu/MG, 1996. **Anais...** Caxambu/MG. Outubro 1996.

WERNER, Leonardo Klosovski. **Complexo avícola no sudoeste paranaense – uma análise sobre o sistema integrado e o pequeno produtor**. 67 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55421/Leonardo%20Klosovski%20Werner.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso: jan.2022.

ZEN, Sergio De.; IGUMA, Marcos Debatin; ORTELAN, Camila Brito; FELLI, Camila B. Evolução da avicultura no Brasil. **Informativo CEPEA** – Centro de Estudos Avançados em

Economia Aplicada, Esalq/USP, ano.1, ed.1, 4^otri., 2014. Disponível em:<<https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/revista/pdf/0969140001468869743.pdf>>. Acesso: jul. 2020.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Rosana Zafalon - Concepção. Coleta de dados. Análise de dados. Elaboração do manuscrito. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Luis Lopes Diniz Filho – Concepção. Coleta de dados. Análise de dados. Elaboração do manuscrito. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 26-01-2022

Aprovado em: 09-10-2023